

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis TRE/RN 2025



Av. Rui Barbosa, 215 - CEP 59.015-290 – Tirol
Natal – Rio Grande do Norte

Sumário

1) Informações Gerais	
Contexto Operacional	04
2) Resumo das Principais Práticas Contábeis	
Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis	05
3) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	06
4) Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis	13
5) Declaração da Contadora	14
6) Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP	15
7) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	21
NOTA 01 – BALANÇO PATRIMONIAL	21
NOTA 02 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27
NOTA 03 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	28
NOTA 04 – ESTOQUES	29
NOTA 05 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	30
NOTA 06 – DEPRECIÇÃO	33
NOTA 07 – INTANGÍVEL	35
NOTA 08 – PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	36
NOTA 09 - DEMAIS RESERVAS	37
NOTA 10 – RESULTADOS ACUMULADOS – VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA) E VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)	38
NOTA 11 – ATOS POTENCIAIS	41
NOTA 12 – RESTOS A PAGAR	43



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE – TRE/RN

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAOF

Coordenadoria de Orçamento e Finanças - COFIN/SAOF

Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial SECON/COFIN/SAOF

SETORIAL CONTÁBIL

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Exercício 2025

1) Informações Gerais - Contexto Operacional

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN) é órgão da Justiça Eleitoral, integrante do Poder Judiciário da União (Administração Pública Federal Direta), CNPJ 05.792.645/0001-28, natureza jurídica 107-4 e CNAE 84.23-0-00, com sede na Av. Rui Barbosa, 215, Tirol, Natal/RN, CEP 59015-290.

Sua missão é assegurar a legitimidade e a segurança do processo eleitoral no Estado, com ética, inovação, segurança jurídica, acessibilidade, integridade, transparência e sustentabilidade. A estrutura compreende: Sede Administrativa; Centro de Operações da Justiça Eleitoral (COJE), responsável pela guarda das urnas eletrônicas; Fórum Eleitoral da Capital J. M. de Carvalho Santos (Natal/RN); 60 Zonas Eleitorais (5 na capital e 55 no interior); postos de atendimento municipais e Ponto de Inclusão Digital (PID). Informações detalhadas sobre unidades e zonas estão disponíveis no portal institucional:

<https://www.tre-rn.jus.br/legislacao/regulamentos-e-regimentos-do-tre-rn>

<https://www.tre-rn.jus.br/institucional/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-rn>

O Tribunal atua sob supervisão técnica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e controle administrativo-financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com competências:

- (i) administrativa — organização de pleitos, cadastro eleitoral e análise de contas;
- (ii) regulamentar — edição de normas complementares; e
- (iii) jurisdicional — julgamento de matérias eleitorais cíveis e penais.

As práticas contábeis observam as normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com regime de competência para o patrimônio e misto para o orçamento (Lei nº 4.320/1964), além da Lei nº 10.180/2001, LDO 2025 (Lei nº 15.080/2024) e LOA 2025 (Lei nº 15.121/2025), Decretos nº 93.872/1986 e nº 6.976/2009, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e MCASP (11ª ed.), bem como diretrizes da COFIC/SOF/TSE.

As demonstrações contábeis de 2025 refletem, de forma fidedigna, os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial registrados no SIAFI, em conformidade com o arcabouço legal e os princípios contábeis aplicáveis ao setor público.

2) **Resumo das Principais Práticas Contábeis**

Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do exercício de 2025 do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN), em conjunto com as respectivas Notas Explicativas, constituem instrumento técnico de evidenciação, análise e consolidação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.

Foram elaboradas em conformidade com a NBC TSP 11, fundamentada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 11ª edição) e no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com base na representação fidedigna dos efeitos patrimoniais e financeiros e no pressuposto da continuidade institucional, tendo por finalidade subsidiar a tomada de decisão e fornecer informações estratégicas a gestores e órgãos de controle quanto à alocação e gestão dos recursos públicos.

A estrutura assegura consistência e comparabilidade mediante uniformidade dos critérios de classificação, possibilitando análise histórica e correlação com a execução orçamentária. Observa-se, ainda, o princípio da materialidade e agregação, com segregação dos itens por natureza e função, priorizando relevância e clareza das informações para a prestação de contas.

O conjunto compreende as demonstrações obrigatórias:

- **Balanco Patrimonial** – posição financeira e patrimonial (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido);
- **Balanco Orçamentário** – execução das receitas e despesas frente à previsão/fixação;
- **Balanco Financeiro** – movimentação financeira orçamentária e extraorçamentária e saldos de caixa;

- **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)** – variações quantitativas e resultado patrimonial do período;
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)** – variações do caixa por fluxos operacionais, de investimento e financiamento;
- **Notas Explicativas** – informações complementares e detalhamento das políticas contábeis adotadas.

As Demonstrações Contábeis de 2025 encontram-se disponíveis em:

<https://www.tre-rn.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>

3) **Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

As políticas contábeis adotadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN) no exercício de 2025 observam o PCASP, o MCASP (11ª edição) e as normas vigentes, com os seguintes critérios principais:

Moeda Funcional: Real (R\$), correspondente ao ambiente econômico de atuação do Tribunal.

Base de Mensuração: Aplicação das bases previstas nas NBC TSP, com predominância do custo histórico, podendo utilizar valor justo ou valor realizável líquido, conforme a natureza do item.

Regime Contábil: Regime de competência para as variações patrimoniais e regime misto para a execução orçamentária, nos termos da Lei nº 4.320/1964.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN) compreende disponibilidades de liquidez imediata e recursos de disponibilidade vinculada, assim compostos:

- Recursos do Tesouro Nacional: valores da Conta Única, representados por limites de saque com vinculação de pagamento.
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados: ativos extraorçamentários que representam garantias contratuais depositadas em contas vinculadas para assegurar obrigações trabalhistas em contratos continuados, conforme o art. 121, § 3º, III, da Lei nº 14.133/2021 e o Acórdão nº 2.717/2023 – TCU/Plenário.

Os valores são mensurados pelo valor nominal. As contas vinculadas e depósitos em garantia são atualizados pelos rendimentos apropriados até o encerramento do exercício, em observância ao regime de competência das variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Créditos a Curto Prazo

O grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN) compreende direitos realizáveis em até 12 meses, incluindo:

- **Adiantamentos a Pessoal:** antecipações financeiras a servidores (férias e remuneração);
- **Créditos por Danos ao Patrimônio:** valores apurados em processos administrativos de ressarcimento;
- **Adiantamentos de Termos de Execução Descentralizada (TED):** repasses para execução de ações, pendentes de liquidação ou prestação de contas.

Os créditos são reconhecidos pelo valor original (custo histórico) e, quando aplicável, atualizados por juros e correção monetária conforme previsão legal ou contratual,

em observância ao regime de competência. Em conformidade com o MCASP (11ª edição), realiza-se a reclassificação de créditos de longo para curto prazo à medida que se aproxima o prazo de realização, assegurando a adequada representação da realidade econômica.

Estoques

O grupo Estoques do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN) compreende materiais de consumo e de almoxarifado destinados às atividades administrativas e operacionais, classificados no Ativo Circulante em razão do consumo no curto prazo.

O reconhecimento inicial ocorre pelo custo histórico, incluindo valor de aquisição, impostos não recuperáveis, fretes e demais gastos necessários à disponibilização para uso. A baixa para consumo é mensurada pelo método do custo médio ponderado, conforme o art. 106, III, da Lei nº 4.320/1964 e a NBC TSP 04 – Estoques.

VPD Pagas Antecipadamente

Refere-se a valores pagos antecipadamente, a título de prêmios de seguros, assinaturas e anuidades de periódicos, cujas variações patrimoniais diminutivas são registradas no momento em que ocorre o fato gerador, em respeito ao princípio da competência. A base de mensuração é o custo histórico.

Imobilizado

O Ativo Imobilizado do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN) compreende bens tangíveis utilizados nas atividades administrativas e operacionais, com vida útil superior a um exercício. O reconhecimento inicial ocorre pelo custo histórico (aquisição, construção ou produção), deduzidos impostos recuperáveis e acrescidos dos gastos necessários para disponibilização do bem em condições de uso.

Gastos posteriores são incorporados ao valor do ativo quando geram benefícios econômicos futuros ou aumento do potencial de serviços (benfeitorias e melhorias). Despesas de manutenção e reparo, que apenas mantêm a capacidade operacional, são reconhecidas diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

Os bens com vida útil definida estão sujeitos a:

- Depreciação/Amortização/Exaustão: apropriadas mensalmente com base na vida útil econômica e valor residual;
- Redução ao Valor Recuperável (Impairment): avaliação periódica do potencial de serviços;
- Reavaliação: quando aplicável, para atualização ao valor de mercado conforme política contábil e legislação vigente.

Intangível

O Ativo Intangível do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN) compreende ativos não monetários, identificáveis e sem substância física, controlados pela União, para geração de benefícios econômicos ou potencial de serviços, sendo composto principalmente por softwares e licenças de uso essenciais às atividades institucionais.

O reconhecimento inicial ocorre, em regra, por aquisição (custo de compra), enquanto ativos gerados internamente permanecem em avaliação, observadas as fases de pesquisa e desenvolvimento previstas nas normas técnicas. A mensuração posterior é realizada pelo custo histórico ou de produção, com amortização sistemática para itens com vida útil definida, pelo método de quotas constantes, considerando vida útil e valor residual.

Adicionalmente, são realizados procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável (impairment), assegurando a adequada representação contábil do valor justo ou do potencial de serviços. Os registros observam o arcabouço normativo da Administração Pública Federal, incluindo as Leis nº 4.320/1964, nº 10.180/2001, a LRF, as NBC TSP, o MCASP/STN, o Decreto nº 6.976/2009, a Macrofunção SIAFI 020330 e a Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023.

Reavaliação

A reavaliação é o procedimento técnico destinado à atualização do valor contábil dos ativos, de modo que as demonstrações patrimoniais reflitam o valor justo, devendo ser realizada periodicamente para evitar distorções e assegurar transparência na gestão patrimonial.

Quando o bem é reavaliado, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada com base no novo valor contábil. O processo pode ser formalizado por laudo técnico de profissional ou entidade especializada, ou por relatório de comissão de servidores designada.

Para bens imóveis da União, nos termos do art. 6º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, a reavaliação é obrigatória quando houver: (i) benfeitorias relevantes conforme parâmetros da SPU; (ii) alteração de área construída; ou (iii) ocorrência de sinistros (incêndio, desmoronamento, desabamento ou arruinamento).

A atualização dos valores considera critérios técnicos, características dos imóveis e preços unitários regionais, assegurando a fidedignidade dos saldos no Balanço Patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN).

Redução ao Valor Recuperável

A Redução ao Valor Recuperável (impairment) é o procedimento destinado a assegurar que os ativos não estejam registrados por valor superior ao seu valor recuperável ou potencial de serviços. Para tanto, a entidade deve avaliar periodicamente indícios de desvalorização e, quando identificados, realizar testes de recuperabilidade para mensurar eventual perda.

Os procedimentos observam o MCASP (Parte II) e a Macrofunção SIAFI 020335(Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável).

Quanto aos registros contábeis, na adoção inicial, por se tratar de mudança de critério contábil, a perda por não recuperabilidade é reconhecida como Ajuste de Exercícios Anteriores, com impacto direto no Patrimônio Líquido. Nos períodos subsequentes, eventuais perdas são registradas como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) no resultado do exercício, podendo ser reconhecidas diretamente no ativo ou em conta retificadora específica.

Após o reconhecimento do impairment, devem ser revisadas as quotas de depreciação, amortização ou exaustão, distribuindo o novo valor contábil líquido ao longo da vida útil remanescente, assegurando a fidedignidade das demonstrações do TRE/RN.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A mensuração dos encargos de depreciação, amortização e exaustão tem como base o custo histórico do ativo (imobilizado ou intangível), incluindo todos os gastos necessários à sua disponibilização para uso. Adota-se, de forma geral, o método das quotas constantes (linear), aplicável à Administração Pública direta, autárquica e fundacional, ressalvados os bens imóveis abrangidos pela Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, cuja atualização é realizada por meio do SPIUnet.

A depreciação inicia-se, em regra, no primeiro dia do mês subsequente à entrada em operação do bem. Excepcionalmente, conforme o princípio da materialidade e o item 6.10 da Macrofunção SIAFI 020330, admite-se o reconhecimento proporcional (pro rata die) quando o valor do ativo e o encargo inicial forem relevantes, assegurando maior precisão na evidenciação do consumo do potencial de serviços.

Depreciação de Bens Imóveis Cadastrados no SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis registrados no SPIUnet, diferentemente do critério linear aplicado aos bens móveis, segue metodologia específica baseada no Método da Parábola de Kuentzle, conforme o art. 11 da Portaria Conjunta SPU/STN nº 10/2023. O

cálculo é realizado mensal e automaticamente pelo sistema, sob gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MGI), sobre o valor depreciável das benfeitorias, considerando a vida útil econômica definida pela SPU.

Nos casos de reavaliação do imóvel, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada com base no novo valor contábil do ativo. Esse procedimento assegura que o patrimônio imobiliário do TRE/RN permaneça em conformidade com as diretrizes da contabilidade da União e com as normas de gestão patrimonial federal.

Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os passivos do TRE/RN correspondem às obrigações perante terceiros, reconhecidas e mensuradas pelo valor histórico. A estrutura patrimonial concentra-se integralmente no Passivo Circulante, inexistindo saldos no Passivo Não Circulante até a presente data.

As obrigações estão classificadas em: (i) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais; (ii) Fornecedores e Contas a Pagar, oriundos da aquisição de bens e serviços; e (iii) Outras Obrigações, de natureza residual.

Os compromissos com fornecedores e os benefícios a servidores, como 13º salário e férias proporcionais, são reconhecidos pelo regime de competência, com registro no momento do fato gerador, independentemente do pagamento.

Resultados Acumulados

Sob a ótica patrimonial, os Resultados Acumulados do TRE/RN representam o saldo dos resultados apurados ao longo do tempo, compreendendo o resultado do exercício corrente (superávit ou déficit), os resultados de períodos anteriores e eventuais ajustes de exercícios anteriores.

Esses ajustes decorrem, principalmente, de mudanças de políticas contábeis ou correção de erros, conforme a NBC TSP 11. O grupo constitui o principal elo entre a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e o Balanço Patrimonial, evidenciando a situação patrimonial líquida ao encerramento de cada exercício.

4) Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A função de Setorial Contábil do TRE/RN é exercida pela Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial (SECON), vinculada à Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN/SAOF). A unidade é responsável pelo acompanhamento da execução contábil da Unidade Gestora Executora (UG 070008) e pelo registro da Conformidade Contábil no SIAFI.

A conformidade é realizada por profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), designados por ato da Presidência (Portaria nº 155/2009-GP). A SECON é composta por três servidores efetivos, todos graduados em Ciências Contábeis.

No âmbito de suas competências, a unidade atua na análise e validação das Demonstrações Contábeis, assegurando que reflitam, com fidedignidade, os atos e fatos da gestão, em conformidade com as NBC TSP. Essa estrutura garante segregação de funções, qualificação técnica e atendimento às exigências dos órgãos de controle, contribuindo para a transparência e confiabilidade das informações contábeis. Segue o quadro atual com os servidores que compõem a Unidade Contábil do TRE/RN:

Nomes	Cargo
Maria da Guia de Araújo	Técnico Judiciário - Contadora Titular
Lindaci de Albuquerque Maranhão da Silva	Analista Judiciário - Contadora Substituta
Janilson Xavier de Oliveira	Técnico Judiciário

No exercício de suas competências, a Unidade Técnica Contábil do TRE/RN adota procedimentos voltados à fidedignidade das informações, destacando-se: (i) orientação técnica às unidades da UG quanto ao registro de atos e fatos, inclusive na abertura e encerramento do exercício; (ii) análise e validação das demonstrações contábeis, com solicitação de regularização quando necessário; (iii) realização de ajustes contábeis para assegurar tempestividade e integridade dos registros; (iv) conciliações mensais de ativos com os controles de almoxarifado, bens móveis, imóveis e intangíveis; (v) monitoramento da Conformidade de Registro de Gestão e registro mensal da Conformidade Contábil; e (vi) elaboração de relatórios técnicos para a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU).

As atribuições da SECON estão previstas no art. 41 da Resolução nº 05/2012 (Regulamento da Secretaria). A Conformidade Contábil, de responsabilidade privativa do contador designado, certifica a fidedignidade dos demonstrativos do SIAFI, observando a Macrofunção SIAFI nº 020315, o PCASP e os manuais da STN, em conformidade com o princípio da segregação de funções, as NBC TSP e as diretrizes da Setorial Contábil da SOF/TSE, assegurando a padronização dos registros no âmbito da Justiça Eleitoral.

5) Declaração da Contadora

Declara-se que as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, refletem fidedignamente a situação patrimonial, orçamentária e financeira da entidade.

A validação e o registro da Conformidade Contábil foram realizados em estrita observância à Macrofunção SIAFI 020315, assegurando a integridade dos registros conforme o MCASP 11ª edição e as normas vigentes.

DECLARAÇÃO DA CONTADORA			
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE			UG: 070008
<p>Declaro que as Demonstrações Contábeis constantes no SIAFI WEB (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas), encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Manual Siafi e as demais normas aplicáveis.</p>			
Local	NATAL/RN	Data	27 de março de 2026
Contadora Responsável	MARIA DA GUIA DE ARAÚJO	CRC-RN nº	004718/O-8

6) Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP

Apresentam-se as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte), referentes ao exercício financeiro de 2025.

a) Balanço Patrimonial - BP

O Balanço Patrimonial é a demonstração que evidencia a posição financeira e patrimonial da entidade ao encerramento do exercício, apresentando, de forma qualitativa e quantitativa, os bens, direitos e obrigações. Sua estrutura organiza-se em Ativo (recursos controlados), Passivo (obrigações presentes) e Patrimônio Líquido (diferença entre ativos e

passivos), observando a equação fundamental de equilíbrio patrimonial. No âmbito do TRE/RN, o demonstrativo reflete a situação patrimonial consolidada ao término do período.

Balço Patrimonial - Resumido		
70008 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE		
Valores em unidades de REAL		
ATIVO	2025	2024
Ativo Circulante	10.778.322,60	9.616.656,54
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.543.365,33	4.522.261,42
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos	216.317,86	1.355.065,92
Estoques	3.178.186,79	3.232.665,20
VPDs Pagas Antecipadamente	840.452,62	506.664,00
Ativo Não Circulante	200.455.815,61	191.052.064,75
Imobilizado	197.037.985,19	187.634.234,33
Bens Móveis	63.409.513,96	67.773.223,45
Bens Imóveis	133.628.471,23	119.861.010,88
Intangível	3.417.830,42	3.417.830,42
TOTAL DO ATIVO	211.234.138,21	200.668.721,29
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	2024
Passivo Circulante	7.988.721,91	8.924.292,97
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto	4.019.532,04	4.507.138,71
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	110.192,52	31.701,66
Demais Obrigações Curto Prazo	3.858.997,35	4.385.452,60
Passivo Não Circulante	-	-
TOTAL DO PASSIVO	7.988.721,91	8.924.292,97
Patrimônio Líquido	203.245.416,30	191.744.428,32
Demais Reservas	104.215.206,11	90.551.047,85
Resultados Acumulados	99.030.210,19	101.193.380,47
TOTAL DO PASSIVO + PL	211.234.138,21	200.668.721,29

Fonte: SIAF/2025

b) Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações quantitativas ocorridas no patrimônio líquido da entidade ao longo do exercício. Apresenta as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD), independentemente de sua origem orçamentária, apurando o resultado patrimonial do período (superávit ou déficit), o qual é transferido para a conta de Resultados Acumulados no Balço Patrimonial.

No setor público, esse resultado não se confunde com lucro ou prejuízo, mas representa o impacto das políticas públicas e da gestão sobre o patrimônio, constituindo

instrumento essencial para avaliação das decisões administrativas, da prestação de serviços e da manutenção da capacidade operacional da entidade (potencial de serviços).

Demonstração das Variações Patrimoniais – Resumida
70008 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE

Valores em unidades de REAL

	2025	2024
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7,84	270,07
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	3.009,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	102.927,55	68.324,66
Transferências e Delegações Recebidas	209.235.627,63	221.024.832,83
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	104.548,03	363.317,42
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.877.084,34	2.533.322,04
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	212.320.195,39	223.993.076,02
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos	137.746.460,26	142.495.681,88
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	41.404.429,19	38.767.287,37
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	30.128.515,78	39.123.084,94
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	22.600,77	1.200,19
Transferências e Delegações Concedidas	3.311.094,37	2.761.210,86
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.099.304,99	1.925.617,88
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	185.999,89	301.926,50
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	213.898.405,25	225.376.009,62
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	(1.578.209,86)	(1.382.933,60)

Fonte: SIAFI 2025

c) Balanço Orçamentário - BO

O Balanço Orçamentário demonstra a execução do orçamento, evidenciando a relação entre a previsão e a realização das receitas e despesas, conforme estrutura definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Quadro Principal, Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.

A demonstração detalha a execução da despesa por categoria econômica e Grupo de Natureza da Despesa (GND), contemplando dotação inicial e atualizada, valores empenhados, liquidado e pagos, bem como o saldo remanescente da dotação.

Considerando que este Tribunal não possui receitas próprias para financiamento de suas atividades, sendo custeado por sub-repasses (cotas financeiras) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), evidencia-se, de forma analítica, apenas o Quadro da Despesa, com o objetivo de assegurar transparência na aplicação dos créditos descentralizados e no cumprimento da programação financeira.

Balanco Orçamentário – Resumido
70008 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE

Valores em unidades de REAL

DESPESAS

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes	197.030.975,00	203.523.773,00	202.059.282,84	199.648.015,51	199.623.666,27	1.464.490,16
Pessoal e Encargos Sociais	152.374.576,00	162.359.125,00	160.704.101,94	159.615.773,60	159.615.773,60	1.655.023,06
Outras Correntes	44.656.399,00	41.164.648,00	41.355.180,90	40.032.241,91	40.007.892,67	-190.532,90
Despesas de Capital	430.692,00	8.488.013,00	9.191.618,24	5.593.010,85	5.506.210,85	(703.605,24)
Investimentos	430.692,00	8.488.013,00	9.191.618,24	5.593.010,85	5.506.210,85	(703.605,24)
Total Despesas Orçamentárias	197.461.667,00	212.011.786,00	211.250.901,08	205.241.026,36	205.129.877,12	760.884,92

Fonte: SIMF12025

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERC ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	% PAGTO
DESPESAS CORRENTES	97.194,61	3.747.961,17	972.371,48	972.371,48	1.883.134,94	989.649,36	100
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	530.397,77	427.668,22	427.668,22	36.849,55	65.880,00	100
TOTAL	97.194,61	4.278.358,94	1.400.039,70	1.400.039,70	1.919.984,49	1.055.529,36	100,00

Fonte: SIMF12025

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERC ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	% PAGTO
DESPESAS CORRENTES	1.432,70	329.179,78	329.179,78	1.070,54	362,16	99,57
DESPESAS DE CAPITAL		266.472,18	266.472,18			
TOTAL	1.432,70	595.651,96	595.651,96	1.070,54	362,16	99,76

Fonte: SIMF12025

d) Balanço Financeiro - BF

O Balanço Financeiro evidencia o fluxo financeiro do exercício, integrando receitas e despesas orçamentárias aos ingressos e dispêndios extraorçamentários, bem como os saldos de caixa transferidos entre exercícios. Apresenta-se em quadro único, contemplando:

Fluxo Orçamentário: receitas arrecadadas e despesas executadas, por fonte e destinação de recursos, com distinção entre recursos ordinários e vinculados;

Fluxo Extraorçamentário: recebimentos e pagamentos de natureza transitória;

Transferências Financeiras: valores recebidos e concedidos, decorrentes ou não da execução orçamentária, incluindo aportes ao RPPS, quando aplicável;

Disponibilidades em Espécie: saldos financeiros do exercício anterior e do exercício seguinte.

Balanço Financeiro – Resumido
70008 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE

Valores em unidades de REAL

Ingressos	2025	2024
Transferências Financeiras Recebidas	209.107.181,19	220.831.952,28
Recebimentos Extraorçamentários	11.203.196,20	12.346.033,78
Inscrição em Restos a Pagar Processados	111.149,24	595.651,96
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	6.009.874,72	4.278.358,94
Outros Recebimentos	5.082.172,24	7.472.022,88
Saldo Exercício Anterior	4.522.261,42	573.663,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.522.261,42	573.663,92
Total dos Ingressos	224.832.638,81	233.751.649,98
Dispêndios		
Despesas Orçamentária	211.250.901,08	221.195.956,49
Transferências Financeiras Concedidas	3.209.956,56	2.676.341,37
Pagamentos Extraorçamentários	3.828.415,84	5.357.090,70
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	595.651,96	77.689,71
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.400.039,70	4.179.737,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.832.724,18	1.099.663,05
Saldo para Exercício Seguinte	6.543.365,23	4.522.261,42
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.543.365,23	4.522.261,42
Total dos Dispêndios	224.832.638,71	233.751.649,98

Fonte: SIAFI/2025

e) Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) evidencia a movimentação financeira do exercício, apresentando as origens e aplicações de recursos. As entradas e saídas são classificadas em:

- **Fluxo Operacional:** ingressos e desembolsos das atividades institucionais;
- **Fluxo de Investimento:** variações relacionadas à aquisição ou alienação de ativos não circulantes;
- **Fluxo de Financiamento:** recursos obtidos de terceiros e amortizações de passivos.

Essa estrutura permite avaliar a capacidade de geração de caixa, a destinação e a eficiência no uso dos recursos, constituindo instrumento para análise do equilíbrio financeiro, solvência e sustentabilidade da Unidade Gestora.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Resumida
70008 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE

Valores em unidades de REAL

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2025	2024
Ingressos	214.189.353,43	228.303.975,16
Transferências Correntes Recebidas	214.189.353,43	228.303.975,16
Outros Ingressos Operacionais		
Desembolsos	(205.967.898,27)	(215.082.284,99)
Pessoal e demais Despesas Correntes	(182.737.270,93)	(193.625.933,45)
Transferências Concedidas	(18.187.946,60)	(17.680.347,12)
Outros Desembolsos Operacionais	(5.042.680,74)	(3.776.004,42)
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid	8.221.455,16	13.221.690,17
Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos		
Desembolsos	(6.200.351,25)	(9.273.092,67)
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.442.206,25	(8.790.917,31)
Outros Desembolsos de Investimentos	-758.145,00	(482.175,36)
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid	(6.200.351,25)	(9.273.092,67)
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de	2.021.103,91	3.948.597,50
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	4.522.261,42	573.663,92
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	6.543.365,33	4.522.261,42

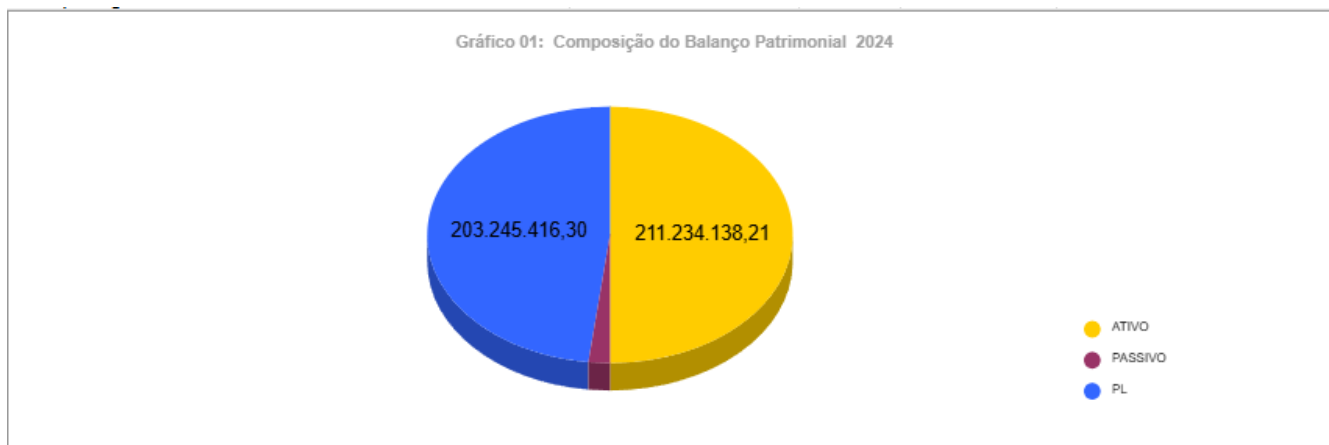
Fonte: SIMFL 2025

7) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), tendo por finalidade complementar e contextualizar as informações quantitativas, de modo a assegurar a fidedignidade da situação patrimonial e do resultado fiscal.

Nesse contexto, evidenciam as políticas contábeis adotadas, os critérios de mensuração e os riscos fiscais relevantes, em conformidade com a Lei nº 4.320, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Assim, ao traduzirem fatos relevantes não integralmente demonstrados nos quadros numéricos, consolidam-se como instrumento essencial à transparência, ao controle social e à tomada de decisão.

NOTA 01 – BALANÇO PATRIMONIAL



Em 2025, o Ativo Total do TRE/RN apresentou crescimento de 5,27%, atingindo R\$ 211,2 milhões. A estrutura patrimonial é predominantemente composta pelo Ativo Não Circulante (94,90%), refletindo a natureza operacional da Unidade, enquanto o Ativo Circulante representa 5,10%.

No que tange às fontes de financiamento, o Passivo Exigível é exclusivamente de curto prazo, correspondendo a apenas 3,78% da estrutura total, sem obrigações de longo prazo registradas. Conseqüentemente, o Patrimônio Líquido detém 96,22% da composição de capitais, evidenciando elevada autonomia financeira e sólida posição de solvência frente aos compromissos assumidos.

Indicador	2025 (R\$)	2024 (R\$)	AH (%)	AV 2025 (%)
Ativo Total	211.234.138,21	200.668.721,29	+5,27%	
Ativo Circulante	10.778.322,60	9.616.656,54	+12,08%	5,10%
Ativo Não Circulante	200.455.815,61	191.052.064,75	+4,92%	94,90%
Passivo Circulante	7.988.721,91	8.924.292,97	-10,48%	3,78%
Patrimônio Líquido	203.245.416,30	191.744.428,32	+6,00%	96,22%

ATIVO CIRCULANTE:



O Ativo Circulante (AC) encerrou o exercício de 2025 com o montante de R\$ 6,5 milhões, apresentando expansão de 12,08% em relação a 2024. A estrutura de curto prazo é composta primordialmente pelos grupos descritos a seguir:

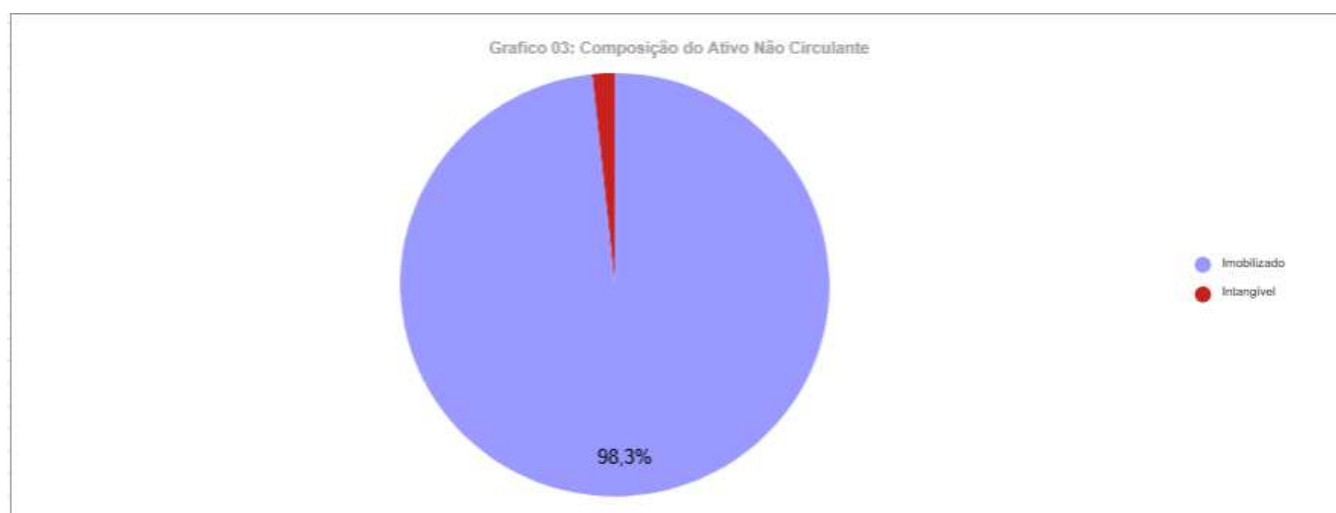
Caixa e Equivalentes de Caixa: Principal componente do AC (60,71%) registrou incremento de 44,69%. Tal evolução decorre da movimentação em contas de Limite de Saque e, notadamente, da provisão em Contas Vinculadas para obrigações trabalhistas de contratos terceirizados, em estrito cumprimento ao Acórdão nº 2717/2023-TCU-Plenário.

Estoques: Segunda maior conta (29,49% do AC), com decréscimo residual de 1,69%. A redução reflete a estabilização do consumo de materiais em anos não eleitorais, em consonância com o ciclo da execução orçamentária.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: Apresentou retração de 84,04%, justificada pela baixa contábil de adiantamentos do TED nº 01/2023 (UFRN). A homologação da prestação de contas (Processo SEI nº 6987/2023) assegura a tempestividade e a fidedignidade da liquidação do direito.

VPDs Pagas Antecipadamente: Registraram acréscimo de 65,88%, referente à apropriação de despesas com locação de softwares, assinaturas e anuidades.

ATIVO NÃO CIRCULANTE:



O Ativo Não Circulante (ANC) consolida a maior parcela do patrimônio institucional, representando 94,90% do Ativo Total. A estrutura deste grupo é composta majoritariamente

pelo Ativo Imobilizado, com 98,29% de participação, seguido pelo Ativo Intangível, que detém 1,71% do grupo.

No que concerne ao Ativo Imobilizado, registrou-se um crescimento de 5,01% no exercício de 2025. Esse incremento foi impulsionado, primordialmente, pelos Bens Imóveis, que atingiram o montante bruto de R\$ 133,6 milhões (expansão de 11,45%). Tal resultado decorre da reavaliação patrimonial e de ajustes de exercícios anteriores, os quais reduziram o saldo da depreciação acumulada desse subgrupo em 61,26%.

Paralelamente, os Bens Móveis representam 58,64% do ANC, apresentando evolução de 4,91%. Contudo, observa-se um aumento de 22,29% na sua depreciação acumulada, evidenciando o exaurimento do ciclo de vida dos ativos. Nesse cenário, a análise vertical revela que a depreciação já consome 46,06% do valor bruto dos bens móveis, o que sinaliza a necessidade premente de execução do Plano de Contratações Anual (PCA) para mitigar a obsolescência e os elevados custos de manutenção.

Quanto ao Ativo Intangível, o grupo manteve-se estável em R\$ 3,4 milhões, sem novos reconhecimentos ou baixas no período. De igual modo, o saldo de amortização permaneceu estagnado em R\$ 156.865,90, confirmando a ausência de novas aquisições de ativos amortizáveis ou de apropriação de despesas de amortização no exercício.

Por fim, a integração entre os registros contábeis e o planejamento orçamentário é essencial para assegurar a fidedignidade patrimonial. Assim, o alinhamento entre a contabilidade e a gestão de suprimentos previne distorções nos resultados, promove a sustentabilidade fiscal e subsidia a tomada de decisão quanto à reposição de ativos no médio prazo.

Categoria	Depreciação/Amortização 2024	Depreciação/Amortização 2025	Variação (%)
Bens Móveis	44.270.812,88	54.137.242,95	22,29
Bens Imóveis	R\$ 67.618,64	R\$ 26.192,47	-61,26%
Intangíveis (Softwares)	R\$ 156.865,90	R\$ 156.865,90	0,00%

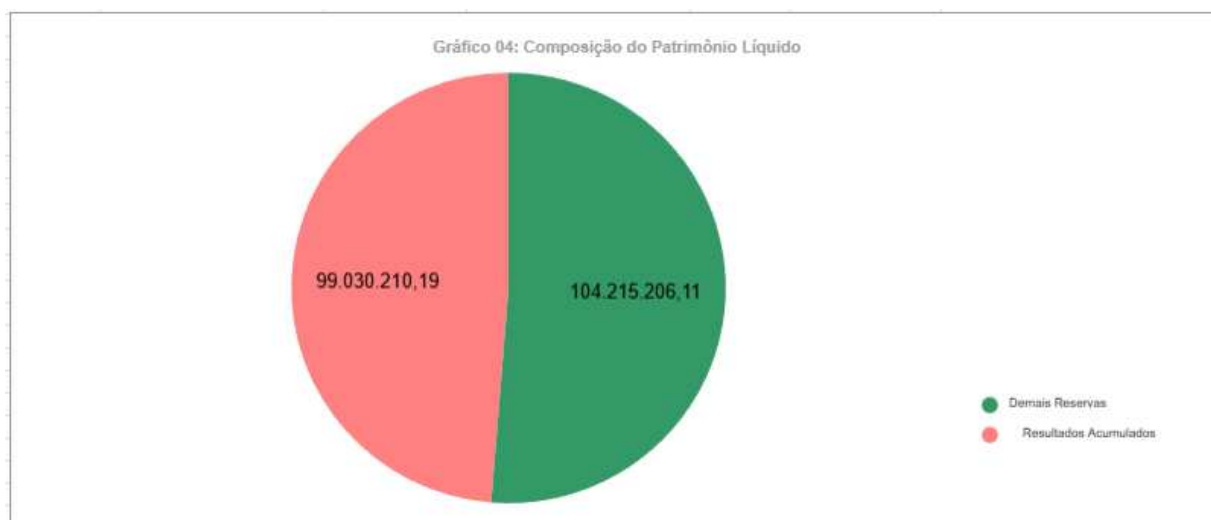
PASSIVO

O Passivo Exigível do TRE/RN, composto integralmente por obrigações de curto prazo (Passivo Circulante), encerrou o exercício de 2025 em R\$ 7.988.721,91, o que representa uma redução de 10,48% frente ao período anterior. A inexistência de saldos no Passivo Não Circulante reforça a ausência de endividamento de longo prazo.

No que tange à composição das obrigações, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais perfazem 50,32% do grupo (R\$ 4,0 milhões), com destaque para as provisões de férias reconhecidas pelo regime de competência. Em paralelo, o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo registrou decréscimo de 12% (R\$ 3,8 milhões), variação decorrente dos resgates realizados em contas vinculadas para quitação de verbas trabalhistas, em observância ao Acórdão TCU nº 2717/2023-Plenário.

Contrapõe-se a essa retração o incremento de Fornecedores, que totalizou R\$ 110.192,52, refletindo as liquidações pendentes típicas do encerramento do exercício.

Quanto à Situação Líquida, o Patrimônio Líquido (PL) atingiu R\$ 203,2 milhões, apresentando expansão de 6,00%. Não obstante o Resultado do Exercício ter sido deficitário em R\$ 1,5 milhão, reflexo do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD). Verifica-se que a estrutura de capital próprio financia 96,22% do Ativo Total, composta majoritariamente por Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores e Reservas.



Conclui-se que a estrutura de capitais demonstra elevada autonomia financeira e solvência, tendo em vista que o Patrimônio Líquido financia a quase totalidade do Ativo Total, assegurando o equilíbrio fiscal e a continuidade operacional da Unidade frente aos riscos fiscais.

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) do exercício refletem, primordialmente, os custos operacionais com pessoal, encargos e benefícios sociais, além do consumo de bens e serviços. Adicionalmente, o grupo foi impactado por desvalorizações e baixas de ativos, com destaque para a desincorporação de bens por doação, reavaliações negativas de imóveis e a liquidação de direitos relativa ao TED nº 01/2022 (UFRN).

Quanto aos Ajustes de Exercícios Anteriores, verificou-se redução de 40,59%, decorrente da regularização de obrigações relativas a fatos geradores de períodos anteriores, com reconhecimento contábil aperfeiçoado no exercício corrente.

Adicionalmente, o grupo Demais Reservas, composto pela reavaliação de bens imóveis evoluiu de R\$ 90,5 milhões para R\$ 104,2 milhões. Esse incremento, decorrente da atualização patrimonial no período, assegura a solvência institucional e compensa o resultado nominal negativo observado.

O monitoramento das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e a redução dos Ajustes de Exercícios Anteriores, de R\$ 984,6 mil para R\$ 584,9 mil, demonstram maior tempestividade e fidedignidade dos registros. Assim, reforça-se a transparência do desempenho fiscal, assegurando que as despesas reflitam o efetivo consumo do potencial econômico da Unidade, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Especificação	Saldo 2025 (R\$)	Saldo 2024 (R\$)	Variação (%)	Impacto Técnico
Demais Reservas	104.215.206,11	90.551.047,85	+15,09%	Fortalecimento da estrutura patrimonial.
Resultados Acumulados	99.030.210,19	101.193.380,47	-2,14%	Reflexo do deficit e ajustes.
Resultado do Exercício	(1.578.209,86)	(1.382.933,60)	+14,12%	Confronto entre VPAs e VPDs.

Especificação	Saldo 2025 (R\$)	Saldo 2024 (R\$)	Variação (%)	Impacto Técnico
Ajustes Exerc. Anteriores	(584.960,42)	(984.681,74)	-40,59%	Saneamento de registros contábeis.
TOTAL DO PL	203.245.416,30	191.744.428,32	+6,00%	Crescimento da Autonomia Financeira.

NOTA 02 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo Caixa e Equivalentes de Caixa encerrou o exercício de 2025 com o saldo de R\$ 6.543.365,33, representando um incremento de 44,69% frente ao exercício anterior. Este montante compreende as disponibilidades na Conta Única do Tesouro Nacional (Limite de Saque) e, predominantemente, os valores restituíveis representados pelos depósitos em conta vinculada.

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$		
	2025	2024	AH(%)
Demais Contas – Caixa Econômica Federal	67.726,59	67.087,49	0,95
Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento	2.685.686,86	704.189,82	281,39
Depósitos Rest e Valores Vinculados - Garantia	3.789.951,88	3.750.984,11	1,04
Total	6.543.365,33	4.522.261,42	44,69

Fonte: SIAFI 2025

Tecnicamente, a expansão observada decorre do saldo na conta Limite de Saque e registros dos depósitos para conta vinculada, em estrito cumprimento ao Acórdão TCU nº 2.717/2023-Plenário. Tal medida visa conferir transparência aos depósitos garantidores de encargos trabalhistas e previdenciários em contratos com cessão de mão de obra.

Nesse sentido, o reconhecimento direto dessas garantias no Balanço Patrimonial exige o monitoramento e a conciliação mensal dos saldos para assegurar a fidedignidade e a correta segregação entre os recursos operacionais e os valores vinculados.

O saldo final em 2025 para o caixa do TRE/RN detalhado por fontes de recursos pode ser visualizado no Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, disponível no endereço: https://www.tre-rn.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria/gestao-fiscal-relatorios-e-dirf/gestao-fiscal/arquivos/rgf-3o-quadrimestre-2025_corrigido/@@displayfile/file/portaria%2520TREERN%2520RGF%25203%25C2%25BA%2520q%25202025.pdf

NOTA 03 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

O grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo encerrou o exercício de 2025 com o saldo de R\$ 216.317,86, apresentando uma retração expressiva de 84,04% em comparação ao montante de R\$ 1.355.065,92 registrado em 2024.

Sob o aspecto contábil, essa variação decorre, primordialmente, da baixa por liquidação de adiantamentos concedidos, com destaque para a homologação da prestação de contas do TED nº 01/2023 (UFRN). A regularização deste direito, formalizada via Processo SEI nº 6987/2023, assegura a observância aos princípios da tempestividade e da fidedignidade patrimonial, uma vez que o ativo foi convertido em despesa (VPD) após a comprovação da aplicação dos recursos.

O saldo remanescente de R\$ 216.317,86 compõe-se, essencialmente, por antecipações de salários e ordenados, além de créditos por danos ao patrimônio. A gestão desses ativos prioriza a liquidação tempestiva dos direitos, evitando a manutenção de pendências no Ativo Circulante por períodos prolongados.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$	
	2025	AV(%)
Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado	119.622,20	55,30
Créditos por Danos ao Patrimônio	96.695,66	44,70
Total	216.317,86	

Fonte: SIAFI 2025

NOTA 04 – ESTOQUES

O grupo Estoques encerrou 2025 com o saldo de R\$ 3.178.186,79, representando um decréscimo de 1,69% e a segunda maior participação no Ativo Circulante (29,49%). O saldo é composto por materiais de consumo para as atividades administrativas, com concentração em itens de manutenção e suprimentos rotineiros, perfil característico de anos não eleitorais.

Sob o aspecto operacional, o investimento concentra-se em itens de manutenção e suprimentos rotineiros (como Material de Copa, Cozinha e Ferramentas), nos quais o foco da gestão patrimonial volta-se à sustentabilidade da máquina administrativa.

O controle é realizado pelo sistema ASIWEB, com emissão mensal do Relatório de Movimentação de Almojarifado (RMMA) para conciliação com o SIAFI, assegurando a compatibilidade de saldos, a tempestividade dos registros de consumo e a conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Estoques	R\$				
	Material de Consumo	2025	2024	AV(%)	AH(%)
07-Gêneros de alimentação		25.223,67	25.605,25	0,79	-1,49
16-Material de Expediente		210.255,28	224.311,36	6,62	-6,27
17-Material de Tec. Informação		1.646.726,62	1.670.589,85	51,81	-1,43
19-Material de Acondicionamento		53.423,89	62.707,04	1,68	-14,80
20-Material de cama, mesa e banho		1.356,25	0,00	0,04	100,00
21-Material de copa e cozinha		26.983,63	21.512,47	0,85	25,43
22-Material de limpeza e higienização		107.473,65	115.055,38	3,38	-6,59
23-Uniformes e tecidos		496,12	496,12	0,02	0,00
24-Material para manutenção de bens imóveis		94.521,66	95.142,75	2,97	-0,65
25-Material para manutenção de bens móveis		2.199,70	2.208,30	0,07	-0,39
26-Material elétrico e eletrônico		229.744,35	234.849,26	7,23	-2,17
28-Material de proteção e segurança		745.020,75	745.137,41	23,44	-0,02
29-Material de audio, vídeo e foto		5.600,39	5.879,46	0,18	-4,75
Material hospitalar		0,00	0,00	0,00	0,00
39-Material para manutenção de veículos		0,00	1.009,40	0,00	-100,00
42-Ferramentas		8.800,05	7.070,29	0,28	24,47
44-Material de sinalização visual e outros		17.996,91	17.863,77	0,57	0,75
50-Bandeiras, flâmulas e insígnias		2.363,87	3.227,09	0,07	-26,75
Total		3.178.186,79	3.232.665,20	100,00	-1,69

Fonte: SIAFI 2025/2024

NOTA 05 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O Ativo Imobilizado detém 98,29% da participação total do grupo do Ativo Não Circulante, seguido pelo Ativo Intangível com 1,71%.

O grupo apresentou um crescimento consolidado de 4,92% em relação ao exercício anterior. Especificamente sobre o Imobilizado, o valor de R\$ 197.037.985,19 reflete uma variação positiva de 5,01%, impulsionada pela gestão patrimonial de bens móveis e imóveis, operacionalizada pelos sistemas ASIWEB (móveis) e SPIUnet (imóveis), em conformidade com as diretrizes da SPU/ME e as NBC TSP.

Classe de Ativo	Saldo Líquido 2025 (R\$)	Part. ANC (%)	Variação (%)
Imobilizado	197.037.985,19	98,29%	+5,01%
Intangível	3.417.830,42	1,71%	0,00%
Total ANC	200.455.815,61	100,00%	+4,92%

1.1 Bens Imóveis

Este subgrupo, essencial para a manutenção das atividades administrativas e jurisdicionais, perfaz 67,83% do ANC bruto. Registrou-se expansão de 11,45%, atingindo o valor bruto de R\$ 133,6 milhões. Tal variação decorre de reavaliações e ajustes da depreciação, que impactaram em 61,26% a depreciação acumulada (redução para R\$ 26,1 mil).

Em 2025, os Bens de Uso Especial do patrimônio imobiliário do TRE/RN compreendem edificações e terrenos. Segundo a SENGE/SAOF, o parque imobiliário totaliza 24 imóveis próprios (Edificações: R\$ 129,7 milhões; Terrenos: R\$ 2,5 milhões), além de 16 imóveis locados e 12 cedidos.

Verifica-se que o montante de R\$ 1,1 milhão, correspondente a 0,95% do total de imóveis, refere-se a Bens de Uso Especial ainda não cadastrados no SPIUnet, em razão de pendências documentais junto à SPU/MGI.

Abaixo, discriminam-se os valores de edificações e terrenos deste Regional, incluindo os bens pendentes de registro no SPIUnet:

Bens Imóveis - Segregação entre os valores de Terrenos e Benfeitorias				
BENS IMÓVEIS				
REGISTRADOS NO SPIUNET		VALOR (R\$)		
CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	LOCALIZAÇÃO	TERRENO	BENFEITORIA	TOTAL
1.2.3.2.1.01.02 Edifícios	Acari	166.294,00	618.706,00	785.000,00
	Assu	301.592,00	1.012.408,00	1.314.000,00
	Alexandria	139.915,00	575.085,00	715.000,00
	Apodi	39.388,00	819.612,00	859.000,00
	Areia Branca	156.315,00	681.685,00	838.000,00
	Ceará-Mirim	207.600,00	654.400,00	862.000,00
	Currais Novos	150.424,00	609.576,00	760.000,00
	João Câmara	97.062,00	605.938,00	703.000,00
	Macaíba	259.454,00	629.546,00	889.000,00
	COJE - Natal	33.187.900,00	8.914.100,00	42.102.000,00
	SEDE - Natal	19.927.430,00	51.069.570,00	70.997.000,00
	Nisia Floresta	170.117,00	609.883,00	780.000,00
	Nova Cruz	58.000,00	683.000,00	741.000,00
	Parelhas	140.105,00	571.895,00	712.000,00
	Pamamirim	1.140.000,00	959.000,00	2.099.000,00
	Patu	51.945,00	775.055,00	827.000,00
	Pau dos Ferros	166.658,00	1.450.000,00	1.616.658,00
	Santo Antônio	120.868,00	603.132,00	724.000,00
	São Gonçalo do Amarante	118.520,00	587.480,00	706.000,00
	São José de Mipibu	147.600,00	608.400,00	756.000,00
SUBTOTAL				129.785.658,00
1.2.3.2.1.01.03 Terrenos / Glebas	Estacionamento - Natal	2.504.000,00	0,00	2.504.000,00
SUBTOTAL				2.504.000,00
				132.289.658,00
1.2.3.2.1.02.02 Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET				1.365.005,70
NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET		VALOR (R\$)		
CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	LOCALIZAÇÃO	EDIFÍCIOS	TERRENO	TOTAL
1.2.3.2.1.02.02 EDIFÍCIOS				1.133.841,91
ADAPTAÇÃO NO FORUM ELEITORAL DE CAICO/RN		108.126,62		108.126,62
CARTORIO ELEITORAL DO MUNICIPIO DE CAICO/RN		419.728,14		419.728,14
CARTÓRIO ELEITORAL DO MUNICÍPIO DE MOSSORO/RN		605.987,15		605.987,15
1.2.3.2.1.06.00 Bens Imóveis em Andamento				226.781,79
AMPLIAÇÃO/REFORMA FORUM CAICO(SEI 9874/2024)				215.582,59
ESTUDOS E PROJETOS-FORUM CAICO				11.199,20
1.2.3.2.1.07.00 INSTALAÇÕES		1.225.238,80		4.382,00
SUBTOTAL				1.138.223,91
1.2.3.2.1.00.00 BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO - TOTAL				133.654.663,70

Fonte SPIUNET 2025

1.2 Bens Móveis

Os bens móveis totalizam R\$ 117.546.756,91 (valor bruto), com incremento de 4,91%. A composição destaca a modernização tecnológica, sendo 78,65% do grupo representado por Equipamentos de TIC (incluindo 10.846 urnas eletrônicas avaliadas em R\$ 42,5 milhões, conforme informação da Seção de Patrimônio – SEPAT/SAOF), seguido por Móveis e Utensílios (9,01%) e Máquinas e Equipamentos (5,49%)

Bens Móveis	R\$			
	Composição	2025	2024	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	6.455.114,06	6.209.514,36	5,49	3,96
Bens de Informática	92.445.966,77	87.005.946,74	78,65	6,25
Móveis e Utensílios	10.592.640,20	10.410.033,93	9,01	1,75
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.782.292,75	1.742.952,17	1,52	2,26
Veículos	4.794.972,40	5.191.393,40	4,08	-7,64
Armamentos	59.481,73	59.481,73	0,05	0,00
Demais Bens Móveis	1.416.289,00	1.424.714,00	1,20	-0,59
Valor Contábil Bruto	117.546.756,91	112.044.036,33		4,91
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens móveis	54.137.242,95	44.270.812,88		22,29
Valor Contábil Líquido	63.409.513,96	67.773.223,45		-6,44

Fonte: SIAFI 2025/2024

Observou-se decréscimo de 7,64% na conta Veículos, reflexo da política de renovação e desfazimento por doação (SEI 10948/2024 - doação veículos de tração mecânicos classificados como antieconômicos e ociosos).

A depreciação acumulada avançou 22,29% (R\$ 54,1 milhões), sinalizando o exaurimento do potencial econômico dos ativos e a necessidade de reposição estratégica via Plano de Contratações Anual (PCA).

Especificação	Saldo 2025 (R\$)	Saldo 2024 (R\$)	Variação (%)
Bens Móveis (Bruto)	117.546.756,91	112.044.036,33	+4,91%
Bens Imóveis (Bruto)	133.654.663,70	119.928.629,52	+11,45%
(-) Depreciação Acumulada Bens Móveis	(54.137.242,95)	(44.270.812,88)	+22,29%

Especificação	Saldo 2025 (R\$)	Saldo 2024 (R\$)	Variação (%)
(-)Depreciação Acumulada Bens Imóveis	(26.192,47)	(67.618,64)	-61,26%
TOTAL IMOBILIZADO LÍQUIDO	197.037.985,19	187.634.234,33	+5,01%

2. Ativo Intangível

O Ativo Intangível encerrou o exercício com saldo líquido de R\$ 3.417.830,42 (1,71% do ANC), composto integralmente por softwares (valor bruto de R\$ 3,57 milhões). O grupo manteve-se estável, sem novas aquisições ou baixas no período.

O saldo de Amortização Acumulada permaneceu estagnado em R\$ 156.865,90, indicando que os ativos amortizáveis atingiram seu valor residual. Já recomendada uma reavaliação periódica para aferir a vida útil remanescente.

Quanto à gestão patrimonial, a Unidade pautou a gestão pela fidedignidade dos registros e adequação dos critérios de mensuração. Por conseguinte, o monitoramento constante do valor residual e da vida útil econômica visa mitigar a obsolescência tecnológica, assegurando a transparência e a eficiência operacional da instituição.

NOTA 06 – DEPRECIAÇÃO

A depreciação no TRE/RN representa a perda de valor dos ativos pelo uso, obsolescência ou ação da natureza. Esse procedimento é realizado mensalmente via sistema ASIWEB, em estrita observância às NBCTSP, Manual SIAFI e às orientações do TSE. A base de cálculo para o registro contábil compreende o custo de aquisição ou construção, incluindo gastos diretos e indiretos, sendo a apropriação efetuada de forma sistemática até que o ativo atinja seu valor residual. No encerramento do exercício de 2025, o montante acumulado em contas retificadoras totalizou R\$ 54.163.435,42, o que representa um incremento de 22,15% em relação ao saldo de 2024.

Quanto aos bens móveis, a depreciação acumulada atingiu R\$ 54.137.242,95, evidenciando um aumento de aproximadamente R\$ 9,87 milhões no período em razão do desgaste e obsolescência do mobiliário e equipamentos. Atualmente, 46,06% do ativo bruto móvel encontram-se depreciados; embora a qualidade operacional seja mantida, tal patamar sinaliza a necessidade de planejamento para a renovação tempestiva desses ativos.

No que tange aos bens imóveis, o saldo da depreciação acumulada encerrou em R\$ 26.192,47, apresentando uma redução de 61,26% em comparação ao exercício anterior. Esse decréscimo decorre de ajustes decorrentes das reavaliações de 2025.

Os valores da depreciação dos bens imóveis de Uso Especial, conforme se evidencia nos Demonstrativos Contábeis, vêm sendo apurados, mensal e automaticamente, sob responsabilidade e competência direta da SPU/ME e STN.

Ressalta-se que a depreciação é apurada somente sobre os imóveis registrados no SPIUNET. O TRE/RN possui alguns imóveis de Uso especial em fase de regularização, pendentes de registro no Spiunet, os quais, nessa situação, não tem os seus valores considerados como base para os lançamentos de depreciação.

Os quadros abaixo demonstram a evolução da depreciação acumulada de bens móveis e imóveis no período de 2023 a 2025.

Demonstrativo da Evolução Depreciação de Bens Móveis		R\$		
Itens	2025	2024	2023	
Vr. Bruto de Bens Móveis	117.546.756,91	112.044.036,33	105.379.398,06	
Depreciação Acumulada	54.137.242,95	44.270.812,88	38.273.377,59	
Vr. Líquido Contábil	63.409.513,96	67.773.223,45	67.106.020,47	

Fonte: SIAFI 2025/2024/2023

Demonstrativo da Evolução Depreciação de Bens Imóveis		R\$		
Itens	2025	2024	2023	
Vr. Bruto de Bens Imóveis	133.654.683,70	119.928.629,52	121.058.457,02	
Depreciação Acumulada	26.192,47	67.618,64	276.802,04	
Vr. Líquido Contábil	133.628.471,23	119.861.010,88	120.781.654,98	

Fonte: SIAFI 2025/2024/2023

NOTA 07 – INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis do TRE-RN, que compreendem bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, são mensurados pelo valor de aquisição ou produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (para aqueles classificados na conta Softwares com vida útil definida).

No encerramento do exercício de 2025, o grupo de softwares manteve-se estável, apresentando um valor bruto de R\$ 3.574.696,32 e amortização acumulada de R\$ 156.865,90, resultando em um valor líquido de R\$ 3.417.830,42. Esta estabilidade patrimonial decorre da ausência de novas aquisições ou baixas no período.

A gestão desses ativos observa rigorosamente o MCASP, a Macrofunção SIAFI 020345 e as Orientações SOF/TSE nº 12/2019 e 15/2022. O método de amortização adotado é o de quotas constantes, baseado na vida útil econômica dos ativos. Entretanto, não houve variação no saldo de amortização entre 2024 e 2025, o que se justifica pelo fato de 95,61% do grupo ser composto por softwares de vida útil indefinida — sobre os quais não incide amortização — ou por ativos já integralmente amortizados em exercícios anteriores.

Atualmente, o Ativo Intangível líquido representa aproximadamente 1,62% do Ativo Total da Unidade, que encerrou em R\$ 211.234.138,21. Complementarmente, o Tribunal conduz o mapeamento de softwares desenvolvidos internamente para futura implantação de procedimentos de mensuração e reconhecimento contábil, assegurando a fidedignidade da representação dos bens imateriais necessários à continuidade operacional.

Intangível	R\$			
	2025	2024	AV(%)	AH(%)
SOFTWARES COM VIDA UTIL DEFINIDA	156.865,90	156.865,90	4,39	0,00
SOFTWARES COM VIDA UTIL INDEFINIDA	3.417.830,42	3.417.830,42	95,61	0,00
Total	3.574.696,32	3.574.696,32	100,00	0,00
AMORTIZACAO ACUMULADA	-156.865,90	-69.718,18		125,00
Valor Contábil Líquido	3.417.830,42	3.504.978,14		-2,49
<small>Fonte: SIAFI 2025/2024</small>				

NOTA 08 – PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

No encerramento do exercício de 2025, o Passivo Circulante do TRE-RN totalizou R\$ 7.988.721,91, o que representa uma redução de aproximadamente 10,48% em comparação aos R\$ 8.924.292,97 registrados em 2024.

A estrutura das obrigações está concentrada em dois grandes blocos:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais: Representam R\$ 4.019.532,04. Houve uma redução de aproximadamente 10,8% em relação a 2024 (R\$ 4.507.138,71). Isso indica um fluxo regular de pagamento de pessoal e encargos, sem acúmulo de passivos trabalhistas imediatos.

Neste grupo, o maior saldo concentra-se na conta Pessoal a Pagar, com destaque para a conta férias a pagar no valor de R\$ 3.604.039,71 (45,11% do passivo circulante), que representa as férias não pagas do exercício atual e do exercício anterior dos servidores do órgão.

A contabilização observa o regime de competência, mediante apropriações mensais em observância ao Acórdão nº 1.322/2018-TCU-Plenário, à Macrofunção SIAFI 02.11.42 e à Orientação SOF/TSE nº 10/2018. Ressalta-se que a fidedignidade do saldo é assegurada por conciliações mensais entre a contabilidade e o Módulo de Folha de Pagamento do Sistema SGRH da Justiça Eleitoral. O valor a pagar refere-se a férias vencidas e não pagas até final do exercício de 2025.

Em cumprimento ao Of. Circular SEI nº 979/2025/MF, ao Manual SIAFI 02.11.42 e às diretrizes da STN, o TRE/RN realizou, em dezembro de 2025, o reconhecimento do passivo inicial dos encargos patronais (RPPS, RGPS e Funpresp) incidentes sobre férias, com base na metodologia de cálculo disponibilizada pela CCONT/STN.

Dessa forma, o saldo da conta Encargos sobre Férias a Pagar encerrou o exercício de 2025 com o montante de R\$ 352.920,47. Tal medida visa à adequação tempestiva à nova rotina contábil de apropriação dos encargos, por regime de competência, estabelecida para toda a Administração Pública, mediante uso de contas contábeis específicas e suporte de informações por meio dos sistemas de folha de pagamento, a partir de janeiro de 2026.

Demais Obrigações a Curto Prazo: o grupo totalizou R\$ 3.858.997,35 no encerramento de 2025. Identificou-se um decréscimo de 12% em relação ao exercício anterior, evolução justificada, primordialmente, pelos resgates efetuados em depósitos de contas vinculadas, em estrita observância ao item 9.2 do Acórdão TCU nº 2.717/2023-Plenário. Atualmente, esta conta representa 48,30% do Passivo Circulante da instituição. Sua composição abrange consignações, valores restituíveis, depósitos em caução e retenções de fornecedores, destacando-se os depósitos em conta vinculada pela sua maior materialidade financeira.

Em contrapartida, a conta de Fornecedores e Contas a Pagar apresentou elevação, passando de R\$ 31.701,66 para R\$ 110.192,52, o que sugere um volume maior de liquidações pendentes de pagamento ao final do exercício, embora este montante possua baixa representatividade frente ao passivo total, todos conciliados no período.

Portanto, a redução nas obrigações trabalhistas a pagar sugere uma gestão eficiente da folha de pagamento, evitando o represamento de férias e décimo terceiro não pagos, o que é vital para a saúde fiscal do órgão.

Nota-se que o Passivo Não Circulante é zero. Para um Tribunal, isso é positivo, pois mostra que a instituição opera estritamente dentro de suas dotações orçamentárias anuais, sem contrair empréstimos ou financiamentos que onerem orçamentos futuros.

NOTA 09 - DEMAIS RESERVAS

A Conta Demais Reservas é representada no Patrimônio Líquido do TRE-RN pela conta de Reavaliação de Bens Imóveis (2.3.6.1.1.01.00), encerrou o exercício de 2025 com o saldo de R\$ 104.215.206,11. Este montante reflete um crescimento nominal de R\$ 13.664.158,26, o que corresponde a uma variação positiva de 15,09% em relação ao saldo de 2024 (R\$ 90.551.047,85).

Tal comportamento está intrinsecamente ligado à movimentação dos ativos não circulantes, especificamente aos Ajustes de Avaliação Patrimonial e à regularização da depreciação acumulada dos bens imóveis. Nesse sentido, observa-se uma correlação direta

com o incremento no Ativo Imobilizado (Bens Imóveis), que evoluiu de R\$ 119.861.010,88 para R\$ 133.628.471,23 no período analisado.

Dada a natureza de instituição pública e a conseqüente ausência de finalidade de lucro, este saldo não possui caráter distributivo; ao contrário, representa a consolidação da infraestrutura e dos bens de capital necessários à manutenção da capacidade operacional e à prestação dos serviços jurisdicionais. Em suma, a robustez do saldo de R\$ 104,2 milhões evidencia que as valorizações do patrimônio público superaram as depreciações e demais variações negativas do exercício.

NOTA 10 – RESULTADOS ACUMULADOS – VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA) E VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)

O grupo de Resultados Acumulados do TRE/RN registrou uma retração de 2,15% no exercício de 2025, com o saldo passando de R\$ 101.193.380,47 para R\$ 99.030.210,19. Esta variação decorre da interação entre o déficit apurado no período e os ajustes de exercícios anteriores.

Em 2025, o órgão registrou um Resultado Patrimonial Negativo de R\$ 1.578.209,86, o que representa um incremento de 14,12% em relação ao déficit de R\$ 1.382.933,60 do verificado em 2024. Adicionalmente, o saldo foi impactado por ajustes de exercícios anteriores no montante negativo de R\$ 584.960,42, decorrentes do reconhecimento e regularização de dívidas de períodos pretéritos, embora este indicador tenha apresentado melhora relativa frente ao ajuste de R\$ 984.681,74 ocorrido no ano anterior.

Natureza da Variação	Exercício 2025 (R\$)	Exercício 2024 (R\$)	Variação (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	212.320.195,39	223.993.076,02	-5,21%
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	213.898.405,25	225.376.009,62	-5,09%
Resultado Patrimonial do Período	-1.578.209,86	-1.382.933,60	+14,12%

No tocante às Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), que totalizaram R\$ 212.320.195,39, observa-se que a receita institucional permanece estritamente dependente de transferências do Tesouro Nacional. O item de maior relevância, Transferências e Delegações Recebidas, somou R\$ 209.235.627,63, apresentando redução frente aos R\$ 221.024.832,83 de 2024. Esta queda impactou diretamente a capacidade de cobertura das variações diminutivas, sendo parcialmente mitigada pela Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos R\$ 104.548,03 e outras variações aumentativas diversas de R\$ 2.877.084,34, decorrentes de indenizações, restituições, juros e multa por uso indevido do recurso público, e recebimento doação - obras de arte SEI 2095/2019.

Variação Patrimonial Aumentativa	R\$	
	2025	AV(%)
Transferências e Delegações Recebidas	209.235.627,63	98,55
Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação Passivos	104.548,03	0,05
Outras Variações Aumentativas (multa administr diversas/financeiras)	2.980.019,73	1,40
Total	212.320.195,39	100,00

Fonte: SIAFI 2025

Em relação às Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), o exercício de 2025 totalizou R\$ 213.898.405,25. Destacam-se os seguintes componentes da estrutura de custos:

Pessoal e Encargos: Principal item de despesa, totalizando R\$ 137.746.460,26, apresentando uma economia em relação aos R\$ 142.495.681,88 de 2024.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais: Apresentaram impacto de R\$ 41.404.429,19, sendo que aposentadorias e reformas consomem R\$ 21.741.755,93 deste total, mantendo-se como um dos maiores desafios para o equilíbrio das variações diminutivas.

Uso de Bens e Serviços: A redução de 23% no item "Uso de Bens e Serviços" demonstra um esforço de redução de custos fixos e contratos de terceirização, compensando parcialmente a queda nas transferências recebidas.

Depreciação e Amortização: O custo pelo consumo de capital fixo elevou-se para R\$ 10.203.598,06, ante R\$ 8.471.669,13 no ano anterior, refletindo novos investimentos.

Também, de forma negativa, ocorreu a desincorporação de ativos, representado pela baixa de bens por doações (veículos – SEI 10948/2024, materiais diversos SEI 7207/2024 E 7661/2024), registros de amortização, depreciação de bens móveis e imóveis, e

comprovação dos recursos aplicados pela UFRN – TED nº 01/2023- homologação da prestação de contas (SEI nº 6987/2023).

Variação Patrimonial Diminutiva		R\$	
2025	R\$	AV(%)	
Pessoal e encargos/Benefícios previdenciários	179.150.889,45	83,78	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	30.128.515,78	14,09	
Transferências Intergovernamentais e Independentes de Exec. Operacionais	3.311.094,37	1,55	
Desvalorização e perda de Ativos e incorporação de passivos	1.099.304,99	0,51	
Outras	208.600,66	0,10	
Total	213.898.405,25	100,00	

Fonte: SIAFI 2025

Conclui-se que, embora o déficit operacional de R\$ 1,57 milhão tenha sido ampliado pela redução proporcionalmente maior das transferências recebidas frente às economias geradas, o Patrimônio Líquido (PL) global do Tribunal expandiu 6,00%, elevando-se para R\$ 203,2 milhões.

Esse crescimento demonstra que a valorização dos ativos imobilizados foi suficiente para absorver o déficit do período e os ajustes de anos anteriores, evidenciando que a expansão da riqueza institucional no setor público foi impulsionada pela gestão estratégica de ativos.

O quadro abaixo ilustra os fatores principais que determinaram o desempenho patrimonial 2024-2025:

Indicador Patrimonial	Exercício 2025 (R\$)	Exercício 2024 (R\$)	Variação (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	212.320.195,39	223.993.076,02	-5,21%
Transferências Recebidas (Principal VPA)	209.235.627,63	221.024.832,83	-5,33%
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	213.898.405,25	225.376.009,62	-5,09%
Pessoal e Encargos (Principal VPD)	137.746.460,26	142.495.681,88	-3,33%
Uso de Bens e Serviços	30.128.515,78	39.123.084,94	-23,00%
Resultado Patrimonial do Período	-1.578.209,86	-1.382.933,60	+14,12%

Indicador Patrimonial	Exercício 2025 (R\$)	Exercício 2024 (R\$)	Variação (%)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-584.960,42	-984.681,74	-40,59%
Saldo de Resultados Acumulados	99.030.210,19	101.193.380,47	-2,15%

NOTA 11 – ATOS POTENCIAIS

No âmbito da gestão patrimonial e contratual do órgão, registram-se os atos potenciais decorrentes da administração de ativos e passivos, formalizados por meio de instrumentos contratuais e evidenciados nos quadros a seguir.

Especificação	Exercício 2025	Exercício 2024	Variação (%)
Atos Potenciais Ativos	2.150.841,90	1.953.052,26	+10,13%
Atos Potenciais Passivos	47.197.925,65	34.402.395,63	+37,19%

Os atos potenciais ativos correspondem às garantias recebidas em contratos administrativos, exigidas nos termos da Lei nº 14.133/2021. Tais garantias configuram direitos contratuais do órgão, usualmente na modalidade seguro-garantia, destinados a assegurar a adequada execução contratual e resguardar o erário diante de eventual inadimplemento por parte de terceiros.

Registra-se, ainda, garantia na modalidade depósito em caução, vinculada ao contrato de prestação de serviços contínuos firmado com a empresa GETI Comércio e Serviços de Informática Ltda., referente ao Contrato TRE/RN nº 018/2022. O saldo correspondente encontra-se depositado em conta na Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 67.726,59.

No exercício, os atos potenciais ativos totalizaram R\$ 2.150.841,90, integralmente compostos por garantias e contragarantias recebidas. Observa-se crescimento de 10,13% em relação ao exercício de 2024 (R\$ 1.953.052,26), variação decorrente, principalmente, da

celebração de novos contratos administrativos necessários à continuidade e manutenção das atividades institucionais.

Os atos potenciais passivos correspondem, integralmente, aos compromissos assumidos por meio de contratos administrativos, destacando-se, em sua composição, os contratos de prestação de serviços, que representam 96,45% do total registrado.

Ao final do exercício, o saldo dos atos potenciais passivos atingiu R\$ 47.197.925,65, evidenciando crescimento de 37,19% em relação ao ano anterior, cujo montante era de R\$ 34.402.395,63. Tal variação decorre, principalmente, da formalização de novas contratações necessárias ao atendimento das demandas administrativas e à continuidade das atividades institucionais.

Ressalta-se que, diferentemente de 2024, quando havia saldo residual de R\$ 32.431,70 na subcategoria convênios, no exercício de 2025 não foram registrados valores nessa rubrica, em razão do encerramento do respectivo compromisso.

Atos Potenciais Passivos	R\$			
	2025	2024	AV(%)	AH(%)
8.1.2.2.1.02.01 – Recurso (TED Nº 1/2023_PAE 6987/2023_UFRN) A REPASSAR	-	32.431,70	0,00	-100,00
8.1.2.3.1.01.01 Contratos de Seguros em Execução	673,92	326,00	0,00	106,72
8.1.2.3.1.02.01 – Contratos de Serviços em Execução	45.522.226,14	32.040.076,66	96,45	42,08
8.1.2.3.1.03.01 – Contratos de Aluguéis em Execução	559.987,15	872.381,86	1,19	-35,81
8.1.2.3.1.04.01 – Contratos de Fornecimento de Bens em Execução	1.115.038,44	1.457.179,41	2,36	-23,48
Execução de Obrigações Contratuais	47.197.925,65	34.402.395,63	100,00	37,19

Fonte: SIAFI 2025/2024

Os contratos de prestação de serviços compreendem, majoritariamente, obrigações relacionadas aos serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, suporte técnico em tecnologia da informação e telecomunicações, bem como serviços de passagens aéreas, comunicação em Libras, serviços musicais e publicidade e propaganda, conforme demonstrado no quadro a seguir, com destaque a contratação de mão de obra para manutenção e conservação predial e apoio administrativo, que representa 48,07% do total das contratações:

Serviços contratados		
2025	R\$	AV(%)
Telecomunicações	4.834.346,30	10,62
Água e Energia	6.964.073,26	15,30
Mão de obra(manut e conserv predial. Apoio adm.)	21.884.252,78	48,07
Serviços TI	3.303.205,75	7,26
Manut Veículos	146.148,14	0,32
Segurança/Vigilância	6.718.844,56	14,76
Serviço Postal	805.491,33	1,77
Demais Serviços	865.864,02	1,90
Total	45.522.226,14	100,00

Fonte: SIAFI 2025

NOTA 12 – RESTOS A PAGAR

Em 2025, a execução do estoque de restos a pagar não processados inscritos iniciou o exercício financeiro com um montante de R\$ 4.278.358,94, contemplando os Grupos de Despesas 1- Pessoal, e Encargos Sociais, 3-Outras Despesas Corretes e 4- Investimentos. No decorrer do exercício foi cancelado o montante de R\$ 1.919.984,49, sendo grande parte decorrente de empenhos estimativos relativos a Pessoal e Benefícios Assistenciais. Do estoque restante foi pago o montante de R\$ 1.400.039,70, restando, ao final do exercício, o valor de R\$ 1.055.529,36 reinscrito para o exercício seguinte, a ser pago no decorrer do exercício de 2026.

No exercício de 2025, a inscrição em restos a pagar não processados além dos empenhos reinscritos totalizou o montante de R\$ 6.009.874,72, contemplando os 03 Grupos de Despesa (Pessoal, Custeio e Investimentos), que somados ao montante reinscrito de, totaliza um estoque de restos a pagar não processados de R\$ 7.065.404,08.

No comparativo entre os exercícios 2024/2025, verifica-se um aumento considerável do montante inscrito em restos a pagar nas Despesas Discricionárias, que decorreu, principalmente, de orçamento descentralizado na Ação de Biometria, suplementação orçamentária não prevista em razão de adequação de fontes de recursos, e suplementação orçamentária através de projeto de lei, cujas dotações foram disponibilizadas próximas ao encerramento do exercício financeiro.

Tipo das despesas	2024*	2025	% variação
Obrigatórias	1.408.417,00	1.202.767,00	-15,6%
Discricionárias	1.835.768,00	4.873.092,00	165,45%

*Excluída a Ação de Pleitos Eleitorais referente às Eleições de 2024 para fins de comparativo.

** Fonte: Tesouro Gerencial